



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

MARIA JAMYLLÉ GOMES DO NASCIMENTO

**AS NARRATIVAS DO MORRER E DO ENLOUQUECER: UM ESTUDO ACERCA
DA SAÚDE, DA MORTE E DA LOUCURA FEMININA ATRAVÉS DE IMPRESSOS
PARAIBANOS (1913-1920)**

**GUARABIRA
2023**

MARIA JAMYLLÉ GOMES DO NASCIMENTO

AS NARRATIVAS DO MORRER E DO ENLOUQUECER: UM ESTUDO ACERCA DA SAÚDE, DA MORTE E DA LOUCURA FEMININA ATRAVÉS DE IMPRESSOS PARAIBANOS (1913-1920)

Trabalho de Conclusão de Curso de História (artigo), como requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciada em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edna Maria Nóbrega Araújo.

Área de concentração: História e Estudos Culturais: Etnia, Crença, gênero e sensibilidade.

**GUARABIRA
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N478n Nascimento, Maria Jamylle Gomes do.

As narrativas do morrer e do enlouquecer [manuscrito] : um estudo acerca da saúde, da morte e da loucura feminina através de impressos paraibanos (1913-1920) / Maria Jamylle Gomes do Nascimento. - 2023.

36 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Edna Maria Nóbrega Araújo , Departamento de História - CH. "

1. Mulheres. 2. Sistema de Saúde. 3. Morte. 4. Loucura. I.
Título

21. ed. CDD 981.33

MARIA JAMYLLÉ GOMES DO NASCIMENTO

**AS NARRATIVAS DO MORRER E DO ENLOUQUECER: UM ESTUDO ACERCA
DA SAÚDE, DA MORTE E DA LOUCURA FEMININA ATRAVÉS DE IMPRESSOS
PARAIBANOS (1913-1920)**

Trabalho de Conclusão de Curso de História (artigo), como requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciada em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

Área de concentração: História e Estudos Culturais: Etnia, Crença, gênero e sensibilidade.

Aprovada em: 28 / 11 / 2023.

BANCA EXAMINADORA

Edna maria Nóbrega Araújo

Prof^a. Dr^a. Edna Maria Nóbrega Araújo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Joedna Reis de Meneses

Prof^a. Dr^a. Joedna Reis de Meneses
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Naiara Ferraz Bandeira Alves

Prof^a. Dr^a. Naiara Ferraz Bandeira Alves
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus pelo dom da vida. A minha família
com todo o amor que houver nesta vida,
DEDICO.

“É necessário se espantar, se indignar e se contagiar, só assim é possível mudar a realidade.”

(Nise da Silveira)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O Serviço de Higiene Pública da Paraíba ou o Serviço de Higiene Pública da Cidade da Parahyba?	13
3 As narrativas da morte feminina através dos jornais A União e o Norte	21
4 Enlouqueceu! As mulheres que apresentaram “sinais de alienação” na Paraíba	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS.....	34
AGRADECIMENTOS	

AS NARRATIVAS DO MORRER E DO ENLOUQUECER: UM ESTUDO ACERCA DA SAÚDE, DA MORTE E DA LOUCURA FEMININA ATRAVÉS DE IMPRESSOS PARAIBANOS (1913-1920)

Maria Janylle Gomes do Nascimento¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo, analisar a situação em que se encontrava o Sistema de Saúde Pública na Paraíba, no início do século XX; Discutir as principais causas de doenças que levaram as mulheres paraibanas a morte, no início do século XX e problematizar a questão do aprisionamento de mulheres que foram consideradas loucas, no mesmo recorte temporal. As investigações das problemáticas discutidas nesta pesquisa se deram a partir do corpus documental de periódicos impressos, tais como, o jornal A União e o jornal O Norte, além das revistas do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e a revista Era Nova que também contribuíram para a construção deste trabalho, juntamente com a análise de documentos oficiais, como as Mensagens de Presidente de Estado e Decretos Oficiais, afim de encontrar fragmentos do Sistema de Saúde Pública, da saúde, da morte e da loucura feminina. O presente estudo se fundamentou através de várias e ricas fontes teóricas, entre elas estão autores como Burke (2008); Sá (1999) que em sua tese problematiza os primórdios do Serviço de Higiene Pública da Paraíba; as obras de Castro (1945) e Almeida (1923) que trazem discussões acerca das práticas e problemas de saúde na Paraíba; a tese de Araújo (2016) e a sua discussão acerca das institucionalizações dos serviços de saúde e higiene da Paraíba; os trabalhos de Araújo e Meneses (2019; 2020) que dão embasamento à esta pesquisa no campo da história da loucura juntamente com Foucault (2009). Através deste artigo podemos perceber a atuação praticamente nula do principal Serviço de Saúde Pública deste Estado, bem como, a falta de assistência prestada as mulheres que perderam suas vidas ainda muito jovens acometidas por doenças e, as práticas do Estado de exclusão, de silenciamento e de aprisionamento das mulheres rotuladas de “loucas”. Acredito que, as questões discutidas neste trabalho lançam luz a reflexões necessárias no campo historiográfico da loucura, da saúde e das doenças.

Palavras-Chave: Mulheres; Sistema de Saúde; Morte; Loucura.

ABSTRACT

This article aims to analyze the situation in which the Public Health System found itself in Paraíba, at the beginning of the 20th century; Discuss the main causes of diseases that led women from Paraíba to death at the beginning of the 20th century and problematize the issue of the imprisonment of women who were considered crazy, in the same time frame. The investigations into the issues discussed in this research were based on the documentary corpus of printed periodicals, such as the newspaper A União and the newspaper O Norte, in addition to the magazines of the Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba and the magazine Era Nova, which also

contributed to the construction of this work, together with the analysis of official documents, such as the State President's Messages and Official Decrees, in order to find fragments of the Public Health System, health, death and female madness. The present study was based on several rich theoretical sources, including authors such as Burke (2008); Sá (1999) who in his thesis problematizes the beginnings of the Public Hygiene Service of Paraíba; the works of Castro (1945) and Almeida (1923) that bring discussions about health practices and problems in Paraíba; Araújo's thesis (2016) and his discussion about the institutionalization of health and hygiene services in Paraíba; the works of Araújo and Meneses (2019; 2020) that support this research in the field of the history of madness together with Foucault (2009). Through this article we can see the practically zero performance of the main Public Health Service in this State, as well as the lack of assistance provided to women who lost their lives at a very young age due to diseases and the State's practices of exclusion, silencing and of imprisonment of women labeled "crazy". I believe that the issues discussed in this work shed light on necessary reflections in the historiographical field of madness, health and disease.

Keywords: Women; Health system; Death; Craziness.

1. INTRODUÇÃO

Começo este texto buscando responder aos leitores uma possível indagação; O que levaria uma historiadora a querer escrever sobre as causas do padecer dos corpos e sobre a loucura? Bem, eu digo que é por pura inquietação pessoal, “curiosidade”. Durante toda a minha trajetória acadêmica, as leituras sobre as mentalidades e as sensibilidades me eram/são mais atrativas, sendo para mim, a História dos detalhes no que tange ao corpo, a saúde, as doenças e a morte um saber histórico mais sedutor e instigante. No entanto, lançar um olhar sobre as sensibilidades do morrer e do enlouquecer do outro no tempo é extremamente desafiador, pois é preciso ir em busca de vestígios, reuni-los e interpretá-los, compreendendo que, a sensibilidade é essencial, mas que, os sentidos do historiador devem ser educados, uma vez que, “a sensibilidade como resultado das impressões dos sentidos poderia estimular respostas emotivas particulares” (Oliveira, 2012, p. 11).

Analisar as causas do morrer e do enlouquecer das mulheres paraibanas, no início do século XX, como objeto de pesquisa, é possível graças a História Cultural, que ao possibilitar uma maneira nova de escrever história, ampliou os temas, os objetos e as fontes (BURKE, 2008). Desse modo, a história da morte, do padecer dos corpos, da saúde e das doenças se tornou uma possibilidade de discussão e de pesquisa. As correntes historiográficas propostas pela Escola dos Annales, especialmente na sua terceira geração, também corroboraram para que essa pesquisa fosse realizada quando possibilita partir para o campo dos estudos históricos que são direcionados ao corpo, as mentalidades, ao amor, a sexualidade, a saúde, a morte, dentre outros.

Nesse sentido, tomo como objetivo nesta pesquisa, analisar o funcionamento do Sistema de Saúde Pública da Paraíba, nas primeiras décadas do século XX, bem como, discutir as principais causas que levaram as mulheres paraibanas ao óbito, e para além da morte feminina, problematizar acerca do aprisionamento das mulheres consideradas loucas pelas autoridades e sociedade paraibana.

Nessa pesquisa privilegiei as fontes de publicações na imprensa deste Estado, como jornais e revistas, além de consultar documentos oficiais como discursos de médicos sanitaristas, decretos e mensagens de governos. Esse escopo documental foi escolhido visando “recolher” fragmentos sobre o passado das paraibanas que foram deixados nessas fontes documentais, pois fontes como essas se consti-

tuem como um importante registro para entender o passado (Luca, 2008). Os jornais que circulavam na Paraíba, nas primeiras décadas de XX, registraram não só a história da Paraíba, mais também, a história das doenças que faziam padecer os corpos femininos, além de nos proporcionar uma visão de como as pessoas que foram/eram consideradas incivilizadas para os preceitos modernistas foram vistos perante a sociedade paraibana, nesse rol podemos citar os pobres, as prostitutas, os(a) sem teto e os(a) loucos(as).

Como fontes teóricas, foram muitos os autores e autoras que corroboraram para dar embasamento a esta pesquisa, seria até difícil citar a contribuição de cada um(a) direta e indiretamente. Mas em especial, alguns trabalhos serviram como pontes teóricas que, me auxiliou a discutir e a problematizar durante todo esse trabalho, como é o caso da tese, *Paraíba: uma cidade entre miasmas e micróbios: O serviço de higiene pública: 1895-1918*, escrito pela enfermeira Lenilde Duarte Sá (1999), em sua tese, Lenilde nos mostra como se encontrava o Serviço de Higiene Pública da Paraíba em seu primórdio, a autora ainda faz uma análise das estratégias do Estado que pretendia disciplinar e também medicalizar as pessoas no processo de modernização da cidade, que vivia entre os miasmas e micróbios.

O trabalho do médico Oscar de Castro, *Medicina na Paraíba (1945)*, traz um relato das atividades médicas, das políticas de saúde, das práticas de cura, bem como da atuação dos agentes de cura. O livro do advogado José Americo de Almeida, *A Paraíba e seus problemas (1923)*, o autor denuncia os problemas de saúde e higiene pública que a Paraíba enfrentava, relatando ainda as principais epidemias e endemias e os seus danos causados a população, buscando sempre destacar as políticas públicas que foram adotadas no combate às moléstias que castigavam a Paraíba.

Outro trabalho que contribuiu bastante para essa pesquisa, no viés historiográfico, foi escrito pelo historiador Silvera Vieira de Araújo, intitulada de, *Entre o poder e a ciência: história das instituições de saúde e de higiene da Paraíba na Primeira República (1889-1930)*, essa tese relaciona o processo de institucionalização dos serviços de saúde e de higiene, bem como, a expansão da autoridade pública na sociedade. Além de abordar os surtos epidêmicos ocorridos em fins do século XIX e início do século XX, enfatizando a atuação precária do Estado nesse âmbito. Abordando ainda a precariedade das instituições públicas de saúde e o início do processo de institucionalização dos Serviços Públicos de Saúde da Paraíba.

Na área de História da Loucura, os trabalhos das historiadoras Edna Maria Nóbrega Araújo e Joedna Reis Meneses, intitulados de *As instituições de reclusão e “controle” dos loucos na Parahyba do Norte entre 1889 e 1928*; *O discurso da loucura e da “mediunopatia” na cidade da Parahyba do Norte/João Pessoa entre 1916 e 1950*, foi de grande contribuição, pois esses trabalhos nos mostra o processo de exclusão e silenciamento dos pobres, menores abandonados, mendigos e loucos. Além de debater acerca das condições das instituições de reclusões que foram usadas para trancafiar e controlar os “perigosos”, bem como, a forma precária que esses “doentes mentais” eram tratados.

Na primeira parte, *O Serviço de Higiene Pública da Paraíba ou o Serviço de Higiene Pública da Cidade da Parahyba do Norte*¹?, busco analisar a precariedade que se encontrava o estado sanitário da Paraíba, nas primeiras décadas do século XX, adentrando no processo de institucionalização do Serviço de Higiene Pública da Paraíba, na sua organização e atuação – ou não atuação – nesse Estado. Apontando também como se deu criação da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba, a sua atuação e desenvolvimento, discutindo também as suas práticas autoritárias e de exclusão dos pobres.

Em seguida, procuro discutir sobre *as narrativas da morte feminina através dos jornais A União e O Norte*, procuro trazer a discussão das principais doenças que ceifavam a vida de mulheres paraibanas. As informações referentes a quais foram essas doenças, foram extraídas mediante a consulta de dois dos principais jornais que circulavam na Paraíba, sendo eles, o jornal A União e o jornal O Norte. A análise desses periódicos ocorreu através do acervo digital do jornal A União e O Norte, sendo feito uma seleção minuciosa dos casos apresentados em ambos os jornais, com o recorte temporal nos anos de 1913 a 1920.

Na terceira parte, *Enlouqueceu! As mulheres que apresentaram “sinais de alienação” na Paraíba*, procuro abordar como as autoridades e a sociedade paraibana interviram diretamente no controle dos corpos de homens e mulheres que foram rotulados de “loucos”. Sobretudo, buscarei explicar casos que foram manchetes nas reportagens e sessões policiais nos jornais paraibanos, onde mulheres que foram consideradas loucas perderam a sua liberdade sendo trancafiadas em asilos de alienados para serem excluídas e, por que não, silenciadas.

¹ Neste trabalho quando eu citar “Cidade da Parahyba” estarei fazendo menção a capital da Paraíba, João Pessoa. Pois a capital paraibana só foi nomeada de João Pessoa, no ano de 1930.

2. O Serviço de Higiene Pública da Paraíba ou O Serviço de Higiene Pública da Cidade da Parahyba?

As primeiras décadas do século XX no Brasil ainda eram marcadas por precários meios de sobrevivência. O medo das constantes epidemias que fragilizavam e ceifavam a vida da população no século anterior ainda era uma realidade na sociedade que, temia as mazelas do cólera, da febre amarela, da varíola, da gripe espanhola e da peste bubônica. Estas seriam doenças que “estão no rol das doenças que poluem o imaginário social não apenas por seus efeitos danosos aos corpos e às cidades, mas também por serem doenças que eram calamidades públicas.” (Soares Júnior, 2011, p. 57).

Os preceitos modernistas que emergiram nas primeiras décadas do século XX no Brasil, tinha como base a aposta no higienismo e nas reformas urbanas, visando transformar hábitos do dia-a-dia, redefinir as condições de higiene das cidades e dos corpos, transformando as sensibilidades². Na Paraíba, esses preceitos não foram diferentes, para os médicos, os políticos e os letrados deste estado, era preciso que houvesse uma redefinição nos costumes de asseio e uma modernização nas cidades, a partir disso, foi se construindo na Paraíba uma imagem de um Estado doente e imundo, que precisava ser higienizado para construir um espaço salubre (Oliveira; Santos, 2015).

O artigo do sanitarista Flávio Maroja, publicado no ano de 1911, pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, intitulado de *A nossa higiene*, nos dá alguns apontamentos de como se encontrava o estado sanitário da Cidade da Parahyba do Norte. Maroja nos diz que, a capital precisava de um remodelamento em seu espaço urbano que fosse ao encontro com os preceitos modernistas de higiene. Para o médico sanitarista, as edificações mal arejadas e sem iluminação, a ingestão de água não potável e a não fiscalização dos alimentos agravavam o quadro sanitário negativo, tornando a Parahyba distante dos padrões higienistas modernos, além de corroborar com o alto índice de mortalidade da população, justamente devido a essas condições insalubres das cidades. O sanitarista advogava que:

² Sensibilidades remetem ao mundo do imaginário, da cultura e de seu conjunto de significações construídos sobre o mundo (Pesavento, 2007, p. 20).

A necessidade urgente da organização do serviço de higiene desta capital, até agora desconhecadora do seu coeficiente exato de natalidade e mortalidade à falta de uma estatística demografo-sanitária. Essa necessidade torna-se tanto mais palpitante e humanitária, quanto preciso se faz conhecer quais as nossas moléstias endêmicas, - e se é que o impaludismo é a única a ter convivência conosco, - afim de atacá-las em seus focos, destruindo os germens que pululam em torno de nós, arruinando-nos a saúde, preparando-nos a velhice precoce, e, portanto, o sacrifício da raça que degenera carcomida pelo vício e exgotada pela moléstia. Empenhemos nessa humanitária campanha e salvemos o futuro das futuras gerações (Maroja, 1911, p.432).

Vemos que Maroja defendia que através da organização dos serviços sanitários o futuro das novas gerações estaria a salvo. No entanto, o Serviço de Higiene Pública da Parahyba do Norte, que foi regulamentado no ano de 1895, era um serviço simplório e com uma atuação restrita a Cidade da Parahyba, ficando sobre a direção do Conselho de Saúde Pública e da Inspetoria de Higiene. Através das palavras de Sá, percebe-se que o Conselho de Saúde Pública era “formado pelo Inspetor de Higiene, como seu presidente, pelo médico do Conselho Municipal e pelo Diretor do serviço médico da Santa Casa de Misericórdia” (Sá, 1999, p.198). A repartição contava apenas com um Inspetor de Higiene e com a falta de recursos materiais, tecnológicos, financeiros e com a falta de atuação dos governantes, o que tornavam a atuação desse órgão praticamente nula, enquanto por vezes, a sociedade encontrava-se em estado de calamidade pública.

Esse cenário começa a se modificar após uma forte epidemia de Varíola, em 1907, quando a Assembleia Legislativa, através da Lei n.270 de outubro, autorizou o Presidente a institucionalizar e reorganizar o Serviço de Higiene Pública da Parahyba do Norte (Imprensa Oficial, 1916). No entanto, apenas no fim do governo de João Machado, em 1911, através do Decreto n. 494 de junho, que o processo de institucionalização “dá seus primeiros passos” por meio da criação de uma *Directoria de Higiene* (Imprensa Oficial, 1911, p.5). Na mensagem presidencial do ano de 1911, João Machado diz:

Era incontestável a urgência de ser dotada a nossa Capital com uma organização sanitária que viesse introduzir novos estímulos e dar sério combate às antiquadas e prejudiciais ideias existentes entre nós em matéria de higiene. Neste sentido baixei o Decreto n. 494 de 08 de junho do corrente ano (1911), que Organiza a Repartição de Higiene, de acordo com o regulamento expedido na mesma data. Atendendo as condições de nosso meio, procurei, o quanto possível, tornar esse regulamento compatível com as condições do campo, onde vai ele ter execução. (MENSAGEM, apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, 1911).

Partindo desse ponto onde a realidade do Serviço de Higiene da Parahyba encontrava-se “funcionando” de forma precária, enquanto a população convivía com os recorrentes surtos de epidemias, endemias e diversas doenças, as medidas que João Machado vislumbrava tomar foi uma maneira de tentar solucionar esses problemas e, de certo modo, trazer um alívio nas condições sanitária do estado.

Com a criação da Diretoria de Higiene, se almejava conquistar um espaço mais salubre, sob a atuação do poder público que iria organizar e gerenciar os serviços sanitários e, assim, institucionalizar os serviços de saúde. Para Lenilde Duarte Sá (1999), esse processo de institucionalização tinha dois objetivos “1º Estabelecer a higiene individual e garantir a salubridade da cidade; 2º curar o indivíduo doente e sanear a cidade insalubre” (Sá, 1999, p. 213). Na letra da lei, o novo regulamento do Serviço de Higiene Pública da Parahyba, previa que estados e municípios tivessem algumas responsabilidades e funções na reorganização do serviço sanitário, no entanto, essas atribuições e serviços seriam separadas, dividindo assim o Serviço de Higiene Pública da Parahyba do Norte entre Estadual e Municipal.

Um ponto que chama a atenção é que o Serviço de Higiene Pública da Paraíba se dizia estar voltado a combater os agentes que eram considerados destruidores dos corpos humanos, e não em curar de fato os corpos já adoecidos. Além de que, o Serviço de Higiene Pública, continuava com a atuação restrita a capital, e os municípios por sua vez, poderiam criar seus próprios serviços sanitários, desde que, arcassem com as despesas, e somente em algum caso de calamidade pública o Estado ofereceria uma ajuda financeira para o Município afetado. Ou seja, os Municípios que não tivessem condições financeiras de manter um serviço sanitário, ficariam sem prestar esse serviço para a sua população, além de que, a criação de tal serviço não era obrigatório, o que poderia aumentar o desinteresse dos prefeitos em buscar recursos para organizar essas questões sanitárias.

Segundo Silvera (2016), para o desenvolvimento das atividades, o Serviço de Higiene era composto por “um diretor geral, um delegado de higiene, um médico demografista, um farmacêutico, um secretário, um porteiro servindo de zelador e outros serventes e desinfetadores conforme as necessidades da instituição.” (Araújo, 2016, p. 174). No entanto, para exercer tais cargos bastavam ser nomeado pelo Presidente do Estado, além de que, o quadro completo de funcionários era restrito somente para a capital, enquanto os municípios que tivessem o serviço sanitário organizado, esses contavam apenas com a responsabilidade de um delegado de higi-

ene e do prefeito. Ou seja, mesmo que no papel se tivesse uma regulamentação e institucionalização do Serviço Estadual de Higiene, na prática a situação dos municípios paraibanos continuava praticamente a mesma.

Em suma, o regulamento n. 494, não institucionalizou os serviços sanitários em todo o território estadual, um serviço que, na letra da lei, deveria ser efetivado a nível Estadual e Municipal, na prática era composto por uma duplicidade. Onde apenas na capital do Estado se tinham ações mais regulares e planejadas, se comparadas as ações ofertadas aos municípios paraibanos, onde esse serviço era oferecido a população de forma temporária e sem planejamento e, marcado por ações pontuais para tentar debelar as doenças e os surtos epidêmicos.

Em tempos idos dos anos 20, com uma articulação entre o governo federal e o governo estadual, os serviços de higiene pública da Paraíba são institucionalizados, visando o combate às endemias, bem como, em prol do saneamento na capital e no interior do Estado. No entanto, essa política de reforma sanitária estava ligada a um contexto de nível nacional durante a Primeira República no Brasil, Silvera (2016) salienta que:

Esta política foi um resultado da constatação feita pelos médicos de que o Brasil é um imenso hospital, e também resultado das campanhas pelo saneamento do Brasil feitas pelos sanitaristas como Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Belisário Penna, Artur Neiva, Adolf Lutz e outros menos conhecidos no cenário nacional durante as décadas de 10 e 20 do século XX. (Araújo, 2016, p. 219).

Nesse contexto de “O Brasil ainda é um imenso hospital”, podemos perceber que comparar o Brasil a um hospital caracterizou as doenças como sendo a principal justificativa do atraso da nação brasileira, pois um país caracterizado por doenças e endemias rurais não teria como se desenvolver e ser uma nação forte. E assim, através dos conhecimentos, discursos e campanhas médicas sobre políticas de saúde e de saneamento rural, o Brasil, conseguiria alcançar uma regeneração da população (Lima; Hochman, 2004). Nesse caso, é importante destacar que conseguir regenerar a população, é um discurso voltado a disciplinarização dos espaços e dos corpos dos pobres na cidade da Parahyba do Norte, através das reformas urbanas

que afastaram os pobres moradores de casebres de palhas para as periferias da cidade, em nome do controle das doenças e do embelezamento da urbe³.

A Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba (CSPRP), institucionalizada no ano de 1921, através de um acordo entre o estado paraibano e o Departamento Nacional de Saúde Pública, sob o decreto 14.354 de setembro de 1920 (A União, n. 20, 26 de janeiro de 1921), previa atuar no combate as principais doenças que assolavam a capital e também o interior do estado, adotando práticas preventivas e profiláticas. Nesse caso, como essa comissão foi fruto de um acordo com o Governo Federal, a Paraíba teria que promover de forma obrigatória a aceitação dos municípios as leis sanitárias (Araújo, 2016). Além de ser obrigado a “[...] enfrentar a incidência de doenças venéreas e de lepra, mediante a instalação de dispensário” (Oliveira, 1968, p. 105).

Vale salientar que, em um primeiro momento a Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba (CSPRP) tinha como foco principal a campanha contra mosquitos e vetores de doenças, sendo a polícia de focos o serviço pioneiro dessa comissão. Na mensagem apresentada por Solon de Lucena a Assembleia Legislativa da Paraíba, em 1921, o então governador do estado faz referência a instalação dessa polícia de focos no estado. Nas palavras de Solon de Lucena “aproveitando a estadia da comissão de prophylaxia rural nesta capital, entrei em acordo com seu chefe, medico notável por muitos títulos, para que elle instalasse aqui o serviço de policia de fócios para combate aos collicidios.⁴”. Nóbrega (1979) nos diz que, além do combate aos culicideos⁵, esse órgão também atuava como polícia sanitária, fazendo o controle sanitário dos alimentos e das habitações, atuando tanto na capital como no interior.

Os postos rurais foram construídos tanto na capital como em algumas cidades do interior, sendo teoricamente responsáveis por fornece os serviços de combate aos casos de impaludismo que se encontrava em alta no estado (1921), bem como, no combate a ancilostomíase e verminoses. Além de realizar exames de fezes, sangue, aplicação de injeções e vacinas, curativos e visitas nas casas.

³ Sobre as Reformas urbanas ocorridas na cidade da Parahyba do Norte ver: Araújo, Edna Maria Nóbrega (2001).

⁴ Machado, João Lopes. Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1911.

⁵ Culicideos – *Stegomyia aegypti* – é conhecido popularmente como mosquitos. Sendo o vetor da febre amarela e outras doenças (A União, 05 de mai. de 1923).

Essas visitas domiciliares nem sempre eram feitas apenas para orientar as pessoas no combate aos mosquitos, na maioria das vezes a polícia de focos exercia um papel intimidador, sobretudo para os “jecas” – como eram chamados os pobres na época –, que tinham suas casas interditadas por não terem condições de construir fossas e nem se adaptarem as regras de higiene estabelecidas pelo projeto higienista/modernizador da cidade. Em uma carta escrita pelo chefe do setor de Profilaxia Rural da Paraíba, Accácio Pires, que foi enviada ao diretor do Serviço Federal de Profilaxia Rural, Belisário Penna, é possível perceber o descontentamento em ter que auxiliar os pobres na construção de fossas e casas “regulares”; “[...] Quanto aos Jecas, a única solução é a Comissão fazer a fossa e moradia; o gabinete construir de palha de coqueiro como são as palhoças onde vivem.” (Accácio Pires, 1921 apud Araújo, 2016).

Os serviços da Comissão na Parahyba ganharam novos setores com o passar do tempo, sendo eles, um Laboratório de Análises Clínicas e um Dispensário Anti-venéreo que ficou responsável por tratar as doenças venéreas como a sífilis, fazer a profilaxia da lepra, além de realizar intervenções cirúrgicas (Era Nova, Parahyba do Norte, 1922).

A Comissão Sanitária de Profilaxia Rural da Paraíba se dizia buscar solucionar os problemas voltados para o quadro sanitário negativo no qual o estado se encontrava. Se comparado ao período anterior, é possível observar que, através da criação da Comissão Sanitária de Profilaxia Rural da Paraíba, se teve uma mobilização dos poderes políticos para mascarar o estado precário que o sistema de saúde pública se encontrava e, que era oferecido a população. Nos discursos e no papel se pregavam uma luta em prol do desenvolvimento da saúde pública e do saneamento do Estado, mas na realidade essas mudanças no Serviço de Saúde não eram vivenciadas pela população, sobretudo pelos pobres, loucos, mendigos, ladrões, órfãos, aleijados e prostitutas por serem considerados “incivilizados”.

Mesmo após o processo de institucionalização dos serviços de saúde, esses serviços continuaram sendo ofertados a população de forma desigual, tendo em vista que, nem todos os moradores da Parahyba do Norte e de outros municípios da Paraíba tiveram acesso ao serviço de saúde e de saneamento, além de que, as cidades do interior que receberam tais serviços os receberam de forma mais simples, enquanto os postos mais completos, como era o caso dos Dispensários Anti-venéreo que forneciam serviços mais abrangentes, ficavam limitados a capital.

Vale ressaltar também o caráter opressor, disciplinador e violento que se tinha por trás das ações e dos discursos da Comissão Sanitária de Profilaxia Rural da Paraíba (CSPRP), onde por meio de Inspectores de Saúde Pública, de Delegados de higiene e de Sanitaristas que, sobre o respaldo da Lei, passaram a mirar na população pobre e invadir as suas casas usando a desculpa de fiscalizar possíveis focos de doenças e as condições de higiene do imóvel. Essas “visitas domiciliares” eram feitas regularmente, onde os moradores eram intimados a repararem as devidas infrações que fossem encontradas:

Quando o problema se limitava a remover lixo no quintal, o prazo concedido, geralmente, era de 6 dias. Para “asseiar” a casa e obstruir fossa existente no quintal, o prazo era de 8 dias. Quando intimavam o morador à construção de aparelhos sanitários, o prazo dado, geralmente, era 30 dias. Caso as exigências não fossem cumpridas, poderia ser multado e, em caso de reincidência, a multa poderia ser dobrada como castigo. Porém, o pior de todos os castigos era o interdito das casas e a obrigatoriedade da mudança de seus moradores (Araújo, 2001, p. 132).

Nesse sentido, podemos notar que nem o Sistema de Saúde da Paraíba e nem as autoridades políticas tinham a intenção de somente combater o foco das doenças, visto que, essas punições eram dadas de forma totalmente autoritária, onde a família que tivesse sua casa notificada e que não cumprisse as medidas sanitárias de higiene, teria sua moradia demolida sem ao menos receber uma assistência do governo. Essas medidas iam além de buscar combater apenas os surtos epidêmicos e os focos das doenças, como era defendido pela polícia sanitária, essas medidas estavam também ligadas ao processo de exclusão da população pobre do cenário moderno que se visava construir na Cidade da Parahyba do Norte.

Era preciso afastar os pobres das áreas centrais da cidade e das ruas que as elites transitavam, pois a presença incomoda dos jecas e de seus casebres de palha representavam o perigo e o atraso, uma vez que, aos pobres eram atribuídos a disseminação das doenças, a sujeira e a imundice. Então o discurso de saúde pública que se dizia buscar debelar as doenças que fragilizavam os corpos, na verdade nos dão outro apontamento; o de instaurar uma vigilância opressora para controlar as classes pobres.

De fato, as condições insalubres que população pobre vivia em suas residências, poderia sim ser um grande problema e foco na transmissão de doenças e epidemias. No entanto, tratar os pobres como sendo os únicos culpados pela condição precária e insalubre em que se encontrava o Estado era uma forma de isentar a cul-

pa do Governo, nem que para isso, pessoas perdessem suas moradias e fossem excluídas, vistas como perigosas e culpadas pelo quadro sanitário negativo.

Para se alcançar a tão sonhada “modernidade”, não importava qual fosse o custo, os pobres poderiam ser os mais prejudicados e continuarem padecendo e sucumbindo as doenças sem ao menos receber a assistência do Serviço de Saúde, enquanto a real culpa pelo atraso da modernidade poderia ser jogado para “debaixo do tapete” (Araújo, 2001).

Feito esses apontamentos acerca das condições do Serviço de Saúde e das condições sanitários da Paraíba, podemos ter uma ideia de como se encontrava a realidade do serviço de saúde que era oferecido a população, tanto na capital como no interior da Paraíba, para podermos pensar nas narrativas das mortes femininas.

3. As narrativas da morte feminina através dos jornais *A União* e *o Norte*

Nesse momento do texto, meu objetivo é analisar as principais doenças que ceifavam as vidas das mulheres paraibanas e, essa análise se deu principalmente através da leitura da necrologia e dos artigos de jornais que circulavam na Paraíba, durante as primeiras décadas do século XX.

Para início de conversa, como irei mencionar bastante a palavra necrologia neste trabalho, situo o meu leitor que, a palavra *necrologia* significa “relação de óbito; livro de assentamento de óbito ou obituário”. A necrologia estudada neste trabalho, está apresentada nas folhas da imprensa local e, é composta por um texto que geralmente é bastante breve, com o objetivo de expressar publicamente a notícia do falecimento de uma pessoa, bem como, aspectos da vida pública e privada da entidade falecida (Gonzales. Canoas, 2020), é um texto com uma localização móvel e certamente sem muito destaque nos jornais. Para este trabalho folhee as páginas dos jornais *A União* e *O Norte* que, revelavam quase que diariamente, em sua *necrologia*, a notícia de falecimento de homens e mulheres que tinham uma certa relevância para a sociedade paraibana.

No entanto, para este trabalho, meu enfoque principal foi analisar a *necrologia* dedicada as mulheres, buscando analisar as principais causas da mortalidade feminina nas primeiras décadas de XX. Ao analisar várias necrologias de mulheres nos jornais percebi que, em alguns casos, dependendo de quem se tratava, divulgar a causa do óbito em si, para o jornal, não era tão importante. Nesses casos, me parece que, o objetivo maior da narrativa do jornal estava em fazer a sociedade lembrar e até mesmo conhecer a imagem da pessoa falecida, destacando questões louváveis da vida pessoal e do seu status na sociedade, associando sempre a falecida aos seus parentes: filha de; irmã de; esposa de; mãe de; sogra de. Comumente, essas eram mulheres que possuíam um certo prestígio na sociedade, seja por ser casada com alguma figura importante e conhecida ou por pertencer a uma família abastada, como é o caso da necrologia dedicada a Dona Angelita Balthar:

Falleceu hontem ás 8 e meia horas no engenho *Mamanguape* a exma. sra. d. Angelita Balthar, esposa do sr. dr. Alcides Balthar, director do Campo de Demonstração do Espirito Santo.

A extincta contava com apenas 32 anos e deixa na orphandade 4 filhos menores.

D. Angelita Balthar pertencia a grande e prestigiosa familia Balthar, muito acatada e estimada em nosso Estado. Era filha do sr. dr. Abillo Balthar, que

falleceu no exercício das funções de juiz de direito da comarca da capital, cargo que exercera sempre com muita competência e integridade.
 A notícia do falecimento de d. Angelita Balthar repercutiu dolorosamente nesta cidade, onde contava sinceras amigadas e recebera o diploma de professora pela Escola Normal.
 Ao sr. dr. Alcides Balthar enviamos pêsames, fazendo-os extensivos a toda família da falecida. (A União, 23 de set. de 1917, p.3).

Através desse caso, podemos notar que a causa da morte de d. Angelita era a informação “menos” relevante a ser informada pelo periódico que, deu ênfase aos aspectos da sua vida privada, tanto por ser casada com um homem que possuía um certo prestígio na sociedade, como por pertencer a uma família bem quista na região. Já em casos em que a falecida não era tão “estimada” para a sociedade ou não vinha de uma família afortunada, a necrologia se dava de forma mais suscita. Podemos observar através da necrologia da morte da senhorita Maria Almerinda que, embora também não revele a causa da sua morte, não faz referência a membros de sua família, exceto a seu noivo, que a meu ver, exercia um cargo relativamente importante:

Falleceu hontem, ás 11 horas, á rua da palmeira desta cidade, a senhorita Maria Almerinda da Costa Cunha Lima, professora publica da villa do Conde.
 A extincta era diplomada pela Escola Normal do Estado, onde fez um curso brilhante e soube grangear a estima de seus collegas.
 A sua morte foi bastante sentida, ocorrendo hontem mesmo, ás 16 horas, o enterramento dos restos mortaes de mile. Almerinda.
 Fazendo este ligeiro registro, sentimentamos a toda familia da desaparecida e em particular ao seu noivo sr. Paulo Cordeiro, funcionário do Telegrapho do Maranhão. (A União, 17 de jan. de 1920, p.3).

Além de casos como esses onde o jornal não se preocupava em informar aos seus leitores a causa do óbito, também é possível encontrar, em grande número, necrologias onde os periódicos resumem as causas dos óbitos em “cruel enfermidade”, “terrível moléstia”, “antigos padecimentos” e “pertinaz moléstia”. A exemplo de uma dessas necrologias está a de d. Agnez Maria de França, que faleceu aos 50 anos, “Victimada por *antigos padecimentos*, finou-se hoje nesta cidade a exma. sr. d. Ignez Maria de França [...]” (A União, 13 de abr. 1920), o registro do óbito da senhorita Edith Campello, de apenas 19 anos de idade, também segue essa mesma linha, onde a causa da sua morte é relatada apenas como “victima de *pertinaz molestia*, a quem foram improficuos os recursos da medicina [...]” (A União, 11 de maio de 1920, p.2). em necrologias como estas, as informações da vida pessoal das pessoas também ficavam mais evidentes do que a causa do óbito.

Apesar disso, os jornais que circulavam na Paraíba, nos dão algumas informações concretas sobre as causas e as doenças que findavam com a vida das mulheres. É importante ter em mente que, nas primeiras décadas do século XX, a Paraíba, ainda era marcada por vários surtos de endemias e epidemias que deixavam a população à mercê de várias doenças. Em agosto de 1913, o jornal *O Norte* denunciava em suas páginas que a varíola estava voltando a castigar e ceifar a vida da população, “Ninguém pôs mais em duvida a existencia da varíola nesta capital, em face dos casos que amiuda se registram em varias ruas.” (*O Norte*, 18 de ago. 1313, p. 1), o jornal ainda chega a fazer um comparativo da realidade enfrentada pela população paraibana com o surto de varíola ocorrido nos anos de 1905 e 1907, onde a população da Paraíba foi duramente fragilizada pela doença.

É possível perceber através dos artigos do jornal que, em tempos que havia surtos da doença, os periódicos adotavam um sistema policialesco para divulgar um saber médico sanitário, visando “educar”, alertar, denunciar e cobrar a população e também as autoridades ações para combater a disseminação da varíola, além de tecer críticas a população que se negava a receber o imunizante, enfatizando que muitas pessoas por um “defeito de educação” se negavam tomar a vacina por acreditarem que só se pegava a doença se “Deus quisesse”:

Por um defeito de educação innumeradas pessoas do povo são reffectarias á vaccinação não porque vejam na vaccina um attetado á integridade physica do individuo, mas por estarem ainda cegamente aterrados á crença de que *bexigas só pegam em quem Deus quizer* (*O Norte*, 18 de ago. 1313, p. 1).

No mesmo folheto é possível encontrar um convite feito pela Directoria Geral de Hygiene, solicitando que a população em geral se direcionasse aos postos de vacinação para receber o imunizante contra a varíola, justamente devido a esse aumento nos casos, pedindo ainda “encarecidamente, que fação as devidas notificações dos variolosos que apparecerem, afim de serem tomadas as necessárias providencias” (*O Norte*, 18 de ago. 1313, p. 1). Nesses casos, o medo que as pessoas sentiam da vacina, poderia facilmente ser justificado pela falta de informação que se tinha do imunizante isso, atrelado ao imaginário religioso das pessoas, a falta de conscientização e suporte advindo dos serviços de saúde.

E de fato, essa “negação” das pessoas em tomar a vacina poderia ser o principal “inimigo” no combate a disseminação da doença, mas não dá para os culpar.

Tendo em vista que, mesmo que se tenha alertas frequentes nos impressos que circulavam no Estado, apelos feitos pela Direcção Geral de Hygiene em prol da vacinação, nada garantia que toda a população tivesse acesso a essas poucas informações, sobretudo os mais pobres, que muito provavelmente não tinha acesso aos jornais e, mesmo que tivessem, ainda se tinha a questão do alto índice de pessoas que eram analfabetas.

Então nesse contexto, a varíola continuava fazendo vítimas fatais, como aponta o jornal *O Norte* na necrologia do dia 21 de agosto: “Finou-se hontem pela manhã [...] a senhorita Joanna Baptista de Andrade, victimada por varíola”. (*O Norte*, 21 de ago. 1913, p. 1). No entanto, as doenças endêmicas e epidêmicas estavam longe de ser as únicas que padeciam os corpos femininos, uma das causas bastante recorrente dos óbitos anunciados nos jornais eram as complicações na hora do parto, como foi o caso da jovem de apenas 23 anos de idade, que perdeu sua vida no momento em que dava à luz. Segundo o jornal *A União*, a jovem d. Almerinda se deslocou com sua família para Recife visando ter “sucesso” em seu parto, coisa que não aconteceu:

[...] D. Almerinda falleceu em virtude de laborioso parto, cercada das maiores ummidades medicas do Recife. A desditosa senhora para alli se transportara ha pouco tempo em companhia do marido e de varias pessoas da sua familia por temer um triste successo, o que infelizmente aconteceu [...] (*A União*, 12 de nov. de 1917, p. 2).

A necrologia dedicada a d. Almerinda relata ainda que, esse parto foi o segundo pelo qual a jovem teria passado por complicações, no entanto, no seu primeiro parto, que teria acontecido a cerca de dois anos atras, a sua vida teria sido salva (*A União*, 12 de nov. de 1917, p. 2). Nesse caso, a jovem saiu da capital da Paraíba e foi para Recife em busca de uma assistência médica, o que nos leva a pensar; não teria na Paraíba médicos parteiros que dessem uma assistência mais especializada a mulheres que apresentassem a necessidade de ser mais bem assistida na hora do parto, por apresentarem um histórico de gravidez de risco? A senhora em questão, fazia parte da elite e tinha condições de pagar por um atendimento médico e de se deslocar para outro estado, mas, e as mulheres de classe baixa? Quem as assistia em seus partos difíceis? Bem, certamente, as parteiras com seus cuidados que eram considerados incivilizados e atrasados para os preceitos modernistas da época, ten-

do em vista que, o serviço da obstetrícia já era normalizado, enquanto as práticas curativas não oficiais haviam sido coibidas (Sá, 1999).

As infecções e febres também eram apontadas como causas muito recorrentes dos óbitos, a necrologia dedicada a Lucia Bezerra Cysneiros, jovem de apenas 20 anos de idade, “a qual veio a succumbir quasi inesperadamente, victimada por febre typho e agravada por insuficiencia renal, conforme o diagnostico dos seus médicos assistentes [...]” (*A União*, 17 de jan. 1917, p. 3), evidencia essa realidade. O sanitarista Flávio Maroja, acreditava que a febre typhoide era transmitida através dos resíduos fecais e que, era preciso se ter a adoção de uma boa educação sanitária de cuidados com as fezes, com os esgotos e com o lixo para mudar a realidade desse “problema” (Maroja, 1911). Essa doença aparecia esporadicamente na Paraíba, sendo a falta de prevenção através dos serviços de saúde, a insalubridade do espaço urbano e rural os principais fatores do contágio da doença, Silvera (2016) nos diz que, no regulamento n.494, o *typho* e a *febre thypoyde* passaram a fazer parte do quadro de doenças de notificações compulsórias.

Quanto as infecções que padeciam os corpos femininos, encontramos no Jornal *A União* o registro do óbito da senhorita Aurea Maria de Sousa, que “foi victima de uma infecção intestinal que resistiu a todos os cuidados médicos” (*A União*, 30 de set. de 1917, p.2). é possível perceber que durante o ano de 1917, alguns dos óbitos que foram divulgados nos jornais tiveram suas causas definidas como “infecção”. A senhorita Aurea sucumbiu a uma infecção intestinal, já a sra. d. Vitalina Borges do Nascimento, faleceu “em consecuencia de uma terrível infecção pulmonar” (*União*, 29 de nov. de 1917, p.2), notamos que na mensagem apresentada a Assembleia Legislativa da Paraíba, no ano de 1918, pelo então Presidente de Estado Dr. Camilo de Hollanda, onde o mesmo aponta que as infecções intestinais e do aparelho digestivo eram consideradas como um “flagello de grande mortantade”, nesse caso, Camilo de Hollanda diz que somente através da “creação de um laboratório de analyses chimicas e bromatológica [...] poderá ser combatido com precisão, com firmeza, com economia relativa e consciencia [...]”. Com isso, vemos que a população não tinha se quer um serviço de exames laboratorial, tendo em vista que, somente no transcurso do primeiro ano da Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural da Paraíba (1921) que foi instalado o Laboratório de Análises Clínicas, na capital do Estado, fato que deixou os serviços do mesmo muito restrito (Araújo, 2016).

Também foi possível encontrar vítimas fatais de tumores, analisando o Jornal O Norte, em uma das sessões sobre “Hygiene publica”, o periódico informou que, os Drs. Octavio Soares e Lemos Junior realizaram uma autópsia no cadáver de uma mulher a qual “revelou a ‘causa mortis’, por uma intensa hemorragia uterina, motivada por um choque traumático, devido a vítima ter um tumor no útero” (O Norte, 26 de ago. de 1913, p.1) a reportagem não dá maiores informações sobre a falecida e, também não encontramos vestígios da mesma nas necrologias do jornal. Almeida (1923) salienta que, na Paraíba, doenças como os tumores malignos vinham “crescendo de forma notável [...] fornecendo um assombroso contingente à mortalidade” (Almeida, 1923, p.459).

Através dessa pesquisa nos dois jornais O Norte e A União, foi possível identificar as mais variadas causas e doenças que padeciam os corpos de mulheres paraibanas. Para além desses casos citados de forma mais direta, foi possível observar causas de mortes por doenças cardíacas, febres de mau caráter, congestões e etc. doenças que iam além das tão temidas epidemias e endemias. Outro fato que chamou bastante atenção foi a idade das falecidas, em sua grande maioria, eram mulheres de menos de 50 anos de idade e que partiam precocemente, deixando suas famílias, filhos, maridos e empregos e que, muito provavelmente não tiveram um suporte do Serviço de Saúde da época.

4. Enlouqueceu! As mulheres que apresentaram “sinais de alienação” na Paraíba

O projeto higienizador e civilizatório que foi propagado na Paraíba através do discurso modernizante do início do século XX, fez com que a sociedade paraibana intervisse diretamente no controle dos corpos de homens e mulheres denominados de “loucos(a)” através do enclausuramento em hospitais e prisões desse Estado. É possível observar através de reportagens e das *notas da polícia* localizadas nos jornais que circulavam na Paraíba, casos em que homens e mulheres são recolhidos pela polícia e lançados a “asylos de alienados” por apresentarem “sinais” de alienação. Prática essa bastante comum, tendo em vista os recorrentes casos encontrados nos periódicos locais.

Nesse contexto de modernização das urbes, a presença de “alienados” nas ruas da cidade e até mesmo dentro de suas casas trancafiados, gerava incômodos, bem como, o desejo de excluí-los do convívio da sociedade. Uma “solução” encontrada no período citado foi recolhê-los, enviando os “loucos(as)” para instituições totais⁶ como a Santa Casa de Misericórdia, lugar onde essas pessoas viviam em péssimas condições de higiene, convivendo com pacientes acometidos das mais variadas doenças. Além da Santa Casa, a Cadeia Pública também servia como aprisionamento para as pessoas considerados alienadas, sem nenhuma separação entre os “loucos”, os homicidas, os estupradores e os ladrões, ficando todos reclusos no mesmo rol. O asilo Sant’Anna (Cruz do Peixe), também foi um local de internamento, lá os “alienados” viviam sem assistência médica especializada, amontoados em cubículos escuros e sem higiene (Araújo; Meneses, 2020).

Foucault nos diz que o internamento dos loucos(a) “seria assim a eliminação espontânea dos 'a-sociais'.” (Foucault, 2009, p. 79). Sendo a internação nessas instituições totais a desculpa perfeita para as autoridades e para sociedade de se livrar desses “terríveis fardos”, usando da desculpa de recolher para cuidar dos alienados(as). No entanto, essas pessoas na verdade eram trancafiadas nessas instituições juntamente com todo os tipos de sujeitos, ficando suscetíveis ao contato com

⁶ Acerca de instituições totais e, de acordo com Erving Goffman “[...] há locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários” (2010, p. 16-17).

doenças contagiosas e sem receber os cuidados necessários. Pois, essas instituições não eram de fato asilos onde se tinha um atendimento especializado e científico para o cuidado dos loucos(as) que ali eram internados, mais sim, um lugar onde se jogavam os alienados(as) para “limpar” as ruas. Castro (1945) corrobora ao dizer que “[...] os insanos passaram a contar [...] com um tecto e não hospital, um verdadeiro deposito humano, onde se recolhiam” (Castro, 1945, p. 366).

Esse cenário só começa a “mudar” a partir do ano de 1928, quando foi inaugurado, na Paraíba, o Hospital-Colônia Juliano Moreira, o qual previa abrigar os alienados em um local que fosse “especializado” no tratamento da loucura.

Dito isso, nesse momento da pesquisa, adentrarei em alguns casos de mulheres que foram excluídas do convívio em sociedade por serem consideradas “loucas”, casos esses, que foram manchetes em reportagens dos jornais que circulavam na Paraíba. Essas reportagens davam conta de informar a sociedade acerca da reclusão dessas mulheres que eram vistas como perigosas perante as autoridades e até mesmo perante suas famílias. É importante perceber que, quem dava a ordem para que essas mulheres fossem recolhidas para os asilos era a Polícia, mas, teria a polícia algum conhecimento médico/científico para diagnosticar essas mulheres como sendo loucas? E as famílias delas, acatavam e concordavam com o diagnóstico e reclusão de bom grado?⁷

Ora, as reportagens dos periódicos não deixam essas informações claras, mas, levando em consideração a ausência de médicos psiquiatras na Paraíba até o ano de 1910 e que, somente por volta de 1928 que hospital-colônia da Paraíba começou a funcionar e, vale ressaltar ainda que, mesmo sendo um hospital “especializado”, seus tratamentos tinha um caráter mais assistencial do que terapêutico, então muito provavelmente essas mulheres que foram/eram conduzidas para essas instituições antes de 1928 – e até mesmo depois – não tinham de fato um diagnóstico médico correto, sendo apenas consideradas doentes mentais e reclusas em verdadeiras prisões de loucos.

Enlouqueceu! esse foi o título dado a uma reportagem do jornal O Norte que conta a história da uma jovem de apenas 22 anos de idade que supostamente teria “enlouquecido”, segundo o jornal, a jovem estava de casamento marcado quando sonhou que havia sido traída e enlouqueceu:

⁷ (Ver Araújo e Meneses, 2019).

[...] Dormiu bem e naturalmente sonhou com o noivo, um snr. José dos Santos, que vende bilhetes lotéricos e que se compromettera a casar com ela [...] a senhorita em questão sonhou que o seu noivo era casado e tratou de desmanchar o casamento contractado. (O Norte, 27 de ago. de 1913, p. 1).

E a reportagem segue dizendo que a jovem:

[...] de apreensão em apreensão, tornou-se taciturna, misteriosa e suspeita aos olhos da sã razão.

[...] conversava sobre os seus amores com José Bilheteiro, contando que suas visinhas, em Santa Rita, fizeram *cattimbô* e privaram que José Bilheteiro continuasse com o namoro.

Entrementes, nos tramites da conversação, a senhorita manifestou indícios de alienação mental e saiu correndo pela rua [...] (O Norte, 27 de ago. de 1913, p. 1).

A notícia que ganhou manchete na primeira página do jornal segue dizendo que, a “jovem louca” foi levada a presença do 1º delegado de polícia, o dr. João Franca, o qual “tomou as devidas providencias, remetendo a louca ao asylo de alienados, na Cruz do Peixe” (O Norte, 27 de ago. de 1913, p. 1). Esse caso nos mostra que não precisava de muito para ser rotulada de louca e ser trancafiada dentro dos muros dos asilos. O caso em questão, nos faz questionar quais seriam esses sinais de alienação que foram percebidos através da “conversação” da jovem? Seria porque a mesma simplesmente decidiu desmanchar o seu casamento? Ou porque a jovem falou em “*cattimbô*”? Ou até mesmo porque ela saiu correndo?

Ora, nas primeiras décadas do século XX, não era incomum que homens e mulheres fossem rotulados de loucos por não seguirem padrões estabelecidos pela sociedade, seja em suas práticas religiosas, sociais ou sexuais (Araújo; Meneses, 2019). Ou seja, bastava se “desviar” das normas sociais para ser internado(a).

Outro caso que me chamou atenção foi noticiado através do Jornal A União, o qual foi intitulado de “Menor Louca”. Nesse caso, o jornal relata que o delegado de Mamanguape teria pedido instruções ao dr. Chefe de Polícia em como proceder a respeito do caso de uma “jovem louca”, que teria apenas 16 anos de idade e que, residia na Baía da Traição. Segundo o jornal, a jovem:

[...] nenhuma assistencia pôde receber de sua familia visto o estado de miserabilidade desta.

[...] a louca tem a mania do casamento, vivendo nas viellas naquele lugarejo perseguindo os homens que encontra, estando assim exposta á sanha dos defloradores da Bahia da Trahição. (A União, 06 de ago. de 1917, p. 2).

A reportagem acrescenta ainda que “o dr. chefe de Policia nesse caso só tem uma medida logica a executar: mandar recolher a um aposento do Asylo de Aliena-

dos a pobre louca a que nos referimos” (A União, 06 de ago. de 1917, p. 2). Diante do exposto, podemos notar que mais uma vez uma mulher foi rotulada de louca sem que tivesse um diagnóstico médico, sendo lançada no rol da loucura apenas através de um parecer dado pelo jornal e pelas autoridades policiais, “autoridades” essas que nem se quer tinham um esclarecimento do que fazer nessa situação, tendo em vista que o “delegado” precisou pedir instruções ao seu superior.

Esse caso reforça a ideia de que, não precisava de muito para que se tivesse suas faculdades mentais questionadas, e que provavelmente dentro dos asilos se encontravam muitas mulheres sãs. Nesse caso em específico, quando o noticiário cita que a jovem vinha de uma família com poucos recursos, em “estado de miserabilidade”, podemos pensar que a internação dessa jovem poderia ter outra função que não a de tentar “curar” a sua “loucura”. Podemos pensar que, tirar a jovem miserável da rua poderia ser uma forma de encarceramento sob o respaldo de curar a sua loucura e de protegê-la dos perigos da rua, excluindo-a do convívio em sociedade para não ameaçar o projeto modernizador.

As mulheres “loucas” eram trazidas a capital vindas de toda parte do Estado para receber o internamento nos asilos, a maioria das reportagens encontradas nos jornais acerca desses casos de alienadas não nos dão informações mais concretas sobre a vida pessoal e sobre os “motivos” pelo qual levaram essas mulheres a serem reclusas nos asilos. Se tratando de pequenas reportagens que se quer mencionavam o nome real da louca, como podemos observar através do caso apresentado, que diz: “Ao asylo de alienados foi internado hontem, com a guia da policia do 1º districto, a louca Maria de tal, vinda de Guarabira” (O Norte, 15 de dez. de 1915, p. 2). Na imprensa paraibana era comum casos como esse, onde o periódico anunciava somente as prisões de mulheres sem dar mais informações a respeito da “alienada”, deixando poucos vestígios do que realmente se passava na vida pessoal dessas mulheres para que essas fossem consideradas loucas:

O sr. José Barbosa da Silva, sub-delegado de policia de Sapé, apresentou ao sr. dr. chefe de policia, acompanhada de uma escolta, uma mulher em completo estado de alienação, a fim de ser internada no hospício de Santa Isabel.

O sr. dr. Manuel Tavares tomou as devidas providencias, fazendo recolhel-a a um dos compartimentos do mencionado asylo. (A União, 11 de maio de 1920, p. 2).

Frente ao exposto, percebemos que a mulher em “completo estado de alienação” foi mais uma das muitas mulheres que foram/eram reclusas em asilos sem que se tivesse ao menos o verdadeiro conhecimento das suas enfermidades mentais. Decerto muitas foram silenciadas e trancafiadas estando sãs de suas faculdades mentais, excluídas pela sociedade e até mesmo por suas famílias para serem esquecidas naqueles asilos. Era preciso manter as alienadas internadas para que essas não representassem uma ameaça para a sociedade, não sendo visto como natural se deparar com elas “soltas” nas ruas da cidade, pois, ser louca naquele contexto, era o mesmo que ser incivilizada, perigosa, incurável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever sobre as causas que levaram mulheres paraibanas ao óbito, bem como acerca da loucura feminina, não foi algo fácil. Foram muitas as dificuldades encontradas ao longo desta pesquisa, tais como; a falta de fontes documentais acessíveis no recorte temporal escolhido, a deterioração das fontes documentais estudadas, a dificuldade de ter acesso aos arquivos, a falta de referências bibliográficas nesta área que pudessem me dá um maior embasamento da problemática, entre outros.

No entanto, arrisco dizer que a parte mais difícil desta pesquisa foi, selecionar quais dos casos encontrados nas necrologias e nas reportagens dos jornais eu discutiria e daria visibilidade neste trabalho. Dentre todos os casos de morte e loucura encontrados através da imprensa, quais seriam os mais relevantes para ser discutidos? E quais teriam mais importância?

Percebi que, esses meus questionamentos eram frutos da minha empolgação. Eu queria mencionar todos os casos, queria dá uma visibilidade a cada história daquelas mulheres que ficaram esquecidas nas páginas dos jornais e, que provavelmente também passaram despercebidas por muitos leitores e pesquisadores. Mas sabendo da necessidade de “filtrar” apenas alguns casos, assim foi feito, como me disse minha Orientadora em uma das reuniões “você vai sentir quais casos usar”, e assim foi, senti.

Através desse trabalho também busquei discutir a precária realidade que se encontrava o Serviço de Saúde Pública da Paraíba, pois assim conseguiríamos compreender melhor o cenário ao qual levava tantas mulheres jovens ao óbito. Percebendo que, através do conhecimento sobre a atuação quase nula do Serviço de Saúde, foi possível chegar à conclusão que, a falta de atuação desse órgão pode ser um fator determinante para que tantas mulheres perdessem suas vidas de forma tão precoce, sem que tivessem a assistência necessária para buscar curar suas doenças.

E as “doentes mentais”? essas foram excluídas e silenciadas por esse mesmo Serviço de Saúde Pública, pois este órgão estava mais interessado em conquistar a tão sonhada “modernidade” para o Estado, do que em curar de fato as pessoas.

Os preceitos modernistas que tanto foram almeçados no início do século XX teoricamente viriam para curar, embelezar, disciplinar e controlar as cidades. No

entanto, esses preceitos trouxeram na verdade a exclusão e o silenciamento dos pobres e loucos(a).

Acredito que seja correto pensar que, a grande maioria dos casos apresentados e discutidos neste trabalho fazem menção a mulheres pobres, que foram negligenciadas pelo Estado, seja por perderem suas vidas acometidas por doenças; seja por terem sido trancafiadas em asilos ainda muito jovens, sem receber um tratamento adequado – se é que precisavam – sendo excluídas da sociedade simplesmente por não se encaixarem no padrão da época.

Acredito ainda que, as questões discutidas neste trabalho lançam luz a reflexões necessárias no campo historiográfico da loucura, da saúde e das doenças, apontando para os leitores interessados novos caminhos para discussões futuras, pois se faz necessário que se tenham mais pesquisas acerca dessa problemática da morte e da loucura feminina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 1 ed. João Pessoa: A União, 1980.
- ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 4 ed. Brasília: Senado Federal, 1994.
- ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. **Uma Cidade muitas tramas: a cidade da Parahyba do Norte e seus encontros com a modernidade (1880-1920)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.
- ARAÚJO, E. M. N.; MENESES, J. R. O Discurso da loucura “Mediunopatia” na na Cidade da Parahyba do Norte/João Pessoa entre 1916 E 1950. In: 30° Simpósio Nacional de História, 2019, Recife -PE. **Anais do 30° Simpósio Nacional de História - História**. Brasil: ANPUH, 2019. p. 1-14.
- ARAÚJO, E. M. N.; MENESES, J. R. As instituições de reclusão e controle dos loucos na Parahyba do Norte entre 1889 e 1928. **SAECULUM**, v. 25, p. 76-92, 2020.
- ARAÚJO, S.V. **Entre o poder e a ciência: história das instituições de saúde e de higiene da Paraíba na Primeira República (1889-1930)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2016.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba: flagrantemente da sua evolução**. João Pessoa-PB: A União, 1945.
- CASTRO, Oscar Oliveira de. Subsidio a história da medicina na Parahyba: um caso esporádico. **Revista Medicina**. João Pessoa, anão VI, v,1, n.1, julho de 1937.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- GONZALEZ M., J. Necrologia en la prensa local: biografía de la muerte. **MOUSEION (UNILASALLE)**, p. 57-70, 2020.
- NÓBREGA, Humberto. **As raízes da ciência da saúde na Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.
- OLIVEIRA, I. B.; FREIRE, L. Q. B. Só é sujo quem quer (?). Representações médicas na Paraíba do início do século XX. **Revista de História Regional**, v. 20, p. 130-148, 2015.
- OLIVEIRA, Marcus Aurélio Toborda (Org.). Apresentação. In: **Sentidos e Sensibilidades: sua educação na história**. Curitiba: Editora UFPR, 2012, p. 7-19.
- PRIORE, Mary del. **Histórias da gente brasileira**. Volume 3: República – Memórias (1889-1950). Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. “Pouca Saúde e muita Saúva”: sanitário, interpretações do país e ciências sociais. In: HOCHMAN, Gilberto. ARMUS, Diego. (orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios. O Serviço de Higiene Pública: 1895-1918**. Tese de doutorado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), 1999.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In: PRIORE, Mary del. AMANTINO, Márcia (orgs.). **História do corpo no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)**. 2 ed. Rio de Janeiro: AMC Guedes, 2016.

FONTES

Mensagens de Presidentes de Estado

HOLLANDA, Francisco Camilo de. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa da Paraíba. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1917.

HOLLANDA, Francisco Camilo de. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa da Paraíba. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1918.

HOLLANDA, Francisco Camilo de. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa da Paraíba. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1919.

HOLLANDA, Francisco Camilo de. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa da Paraíba. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1920.

LUCENA, Solon de. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1921.

LUCENA, Solon de. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1922.

MACHADO, João Lopes. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1911.

PINTO, João Ferreira de Castro. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1913.

Revistas

Era Nova. Parahyba do Norte, 1922-1925.

MAROJA, Flávio. A nossa higiene. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, João Pessoa, n. 03, 1911.

OLIVEIRA, Otávio. Coisas e Loisas na História da Medicina Paraibana. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, João Pessoa, n. 16, 1968.

Decretos

Decreto n .494 de 08 de junho de 1911. Organiza a Repartição de Higiene Pública do Estado. Acto poder Executivo. Parahyba do Norte, Imprensa Official, 1911.

Jornais

A UNIÃO. Parahyba do Norte/ João Pessoa, 1917, 1919, 1920. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao Acesso em: 11/05/2023.

O NORTE. Parahyba do Norte, 1913, 1915. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120774&Pesq=aLEXINA&pagfis=1031> Acesso em: 04/04/2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me permitido chegar até aqui mesmo com tantas adversidades enfrentadas durante essa trajetória.

Agradeço a minha mãe, Margarida, por sempre estar ao meu lado, me amando, apoiando e cuidando de mim nas horas boas e ruins. És meu exemplo de garra, fé e amor, eu te amo.

Agradeço a minha irmã, Samira, por ser a pessoa que eu sei que eu posso contar sempre. Você é a melhor irmã que eu poderia ter, sou grata por sua vida e por ser sua irmã. Amo-te.

Agradeço ao meu esposo, Victor, por ter compartilhado e acompanhado de perto as minhas angústias e alegrias durante essa minha trajetória, constantemente me dando apoio, incentivo nas vezes que pensei em desistir, atenção e amor. Obrigado também por ter me dado o melhor presente desta vida, o nosso(a) filho(a) que ainda cresce em meu ventre, mas que já é muito amado(a). Amo você e a família que estamos construindo.

Agradeço ao meu sobrinho, Guilherme, por ser a alegria das nossas vidas. És muito amado, meu primeiro amor.

Agradeço a José Eriel, que ao longo de quase *duas* graduações sempre esteve comigo, dividindo momentos felizes e de aflições, foram muitas conversas, desabafos e “*veneno*” que tornaram a caminhada mais leve. Sua amizade é um dos maiores presente que a Universidade me deu, grata.

Agradeço a Aniele Karine, pela amizade, por todas as conversas, todos os momentos de diversão e de desabafo. Você foi muito essencial ao logo desses anos e se tornou uma grande amiga/irmã.

Agradeço também a todas as minhas amigas mais próximas que a UEPB me apresentou. Em especial a todos do grupinho “*Uepb do Nosso Ódio*”, sou grata.

Agradeço a Beatriz e a Valdenira, compartilhamos bons momentos juntas.

Agradeço a minha querida orientadora, Prof.^a Dr.^a Edna Maria Nóbrega, por todo carinho, paciência e assistência que foi me dada durante todo esse tempo de orientação. Gratidão.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória na graduação.

Agradeço a minha turma de História (2019.2), por todos os momentos de aprendizagem e de troca de conhecimentos, cada um de vocês tiveram uma contribuição em minha trajetória acadêmica.

Agradeço a todos os profissionais que compõem o Centro de Humanidades. Em especial a Rilane, por ser sempre tão atenciosa, carinhosa e humana. A Coordenação de História tem sorte em tê-la.